

PROGRAMA DA FARMÁCIA POPULAR

Myllena Moreira¹
Natália Suman Peres²
Bruna Marçal Guidoti Eleutério³

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente destaca-se a relevância deste estudo em função do tema Programa Popular da Farmácia, que vem sendo amplamente discutido no âmbito do desenvolvimento das Farmácias o que se torna uma questão de interesse, sobretudo, para os farmacêuticos, fato que nos conduziu a desenvolver este estudo investigativo.

Os medicamentos compõem hoje instrumentos poderosos para tornar mínimo o sofrimento humano. Produzem curas, espaçam a vida e retardam o aparecimento de complicações associadas às doenças, promovendo o convívio entre a pessoa e sua doença (PEPE; CASTRO, 2000).

Os gastos com medicamentos são arcados quando há falta de políticas por empresas privadas. Esse gasto não antevisto realizado mediante desembolso direto (out-of-pocket money) pode submergir parte expressiva do orçamento familiar, obrigando uma realocação do portfólio de consumo, venda de ligados ou mesmo compromisso (HELFER, 2010).

Em razão disto, as despesas com medicamentos, expõem conduta regressiva uma vez que sua falta será maior para os grupos de menor renda. Em condições mais extremas, os gastos com saúde, nos quais os medicamentos contestam pela maior parte, podem se conformar como gastos desastrosos levando parte das famílias para posição de pobreza (DINIZ *et al.*, 2007).

O acesso facilitado pode aumentar o uso irracional dos medicamentos se não for acompanhado de ações no sentido de minimizar esse risco. Neste contexto, o farmacêutico é o responsável por seguir o atendimento aos usuários do programa, garantindo a efetivação

¹Discente do curso de Graduação em Farmácia da Fundação Educacional de Fernandópolis.

²Discente do curso de Graduação em Farmácia da Fundação Educacional de Fernandópolis.

³Orientadora Prof. Esp. do curso de Graduação em Farmácia da Fundação Educacional de Fernandópolis.

da dispensação farmacêutica, colaborando dessa forma para o uso certo e seguro dos medicamentos prescritos (FURIERI, 2009).

A tática de atendimento dos usuários objetiva, fundamentalmente, a utilização responsável, segura e correta dos medicamentos. A adesão ao tratamento deve ser compreendida como atribuição básica do processo de dispensação, orientada segundo técnicas apropriadas que devem ser desenvolvidas sob supervisão permanente do farmacêutico responsável. Deve-se proporcionar atendimento personalizado, de acordo com as necessidades de cada usuário, por meio de detecção, prevenção e resolução dos problemas e demandas apresentadas (BRASIL, 2005).

Em 2004, foi estabelecido pelo governo federal o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), O programa Farmácia Popular do Brasil foi institucionalizado pela Lei nº. 10.858, de 13 de abril de 2004, a qual permite a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, por meio do equilíbrio de seus valores, de forma a abonar à população o acesso a produtos fundamentais e eficazes a baixo custo. Em virtude disso, na pesquisa proposta será buscado responder ao seguinte questionamento: “Qual o efeito do Programa Farmácia Popular sobre a alocação de consumo das famílias”?

Este trabalho gira em torno da hipótese de que os indivíduos teriam gasto com medicamentos mesmo com a implementação do programa uma vez que o estado de saúde doente torna sua ação por medicamentos inelástica. Desse modo, embora no ato da compra dos produtos as pessoas percebam o programa como uma diminuição de preços dado o mecanismo de co pagamento, na teoria o que se observa é um aumento da renda viável para consumo em outros bens.

Definiu-se como objetivo geral da pesquisa: Comparar o efeito do Programa da Farmácia Popular sobre a realocação de gastos das famílias e a economia, analisando seus resultados diretos e indiretos.

Enquanto os objetivos específicos se desdobram em: Conhecer a evolução do programa farmácia popular; Argumentar sobre a prática e especificidades do Programa Farmácia Popular; Analisar os impactos econômicos do Programa Farmácia Populares.

Justifica a importância da escolha do tema já que, levará ao conhecimento do consumidor alternativas de acesso aos medicamentos essenciais, do Programa Farmácia Popular, podendo ser uma importante estratégia na efetivação da integralidade na saúde.

Mais do que uma alternativa, o programa pode estar contribuindo para a inclusão da parcela da população que antes encontrava obstáculos para adquirir seus medicamentos.

Neste sentido este trabalho poderá mostrar às famílias que essa característica do ambiente em que o consumo é feito torna os medicamentos bem distintos dos outros, tendo em vista a baixa capacidade de ajuste em quantidades demandadas por parte dos indivíduos que consomem.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Para a construção deste projeto com o intuito de conseguir dados sobre Programa da Farmácia Popular foi que tivemos a visão que uma das grandes vantagens da Farmácia Popular é que o cidadão paga somente cerca de 10% do preço praticado por farmácias privadas pelo medicamento adquirido. Isso representa uma economia significativa para quem depende de medicamentos para cuidar da saúde.

Furieri, (2009), Formenti, 2012), Luiza *et al.*, 2004). Cosendey, (2000), Alvares, (2017), (Fleury,2008), (Arrais 2002), (Bruns, 2014). E, (Oliveira, 2010), escreveram textos que serviram para fundamentar a discussão proposta neste estudo.

Em um dos seus estudos Furieri (2009) explica que todas as situações de risco geradas pelo uso dos medicamentos disponíveis na Farmácia Popular do Brasil (interações, doenças que se constituem em contra indicações e situações especiais, como gravidez) foram definidas previamente no Manual de Informações sobre os medicamentos dispensados na Farmácia Popular do Brasil, elaborado para permitir a prática desse novo processo de trabalho e que apresenta os medicamentos organizados em ordem alfabética pelo nome do princípio ativo (FURIERI, 2009).

Formenti (2012) comenta em seu texto que as doenças mais beneficiadas pelo programa são: hipertensão, diabetes, dislipidemia, asma, rinite e, mas o programa também subsidia medicamentos para pacientes com doença de Parkinson, osteoporose, glaucoma além de anticoncepcionais e fraldas geriátricas, em alguns casos os medicamentos saem de graça (diabetes e hipertensão) e em outros saem com até 90% de desconto (FORMENTI, 2012).

Fica claro nessas pesquisas realizadas que mesmo o programa sendo completo ainda precisa ser melhorado para se tornar ainda mais satisfatório. Nesse sentido. A adesão ao programa trouxe muitas melhorias e reconhecimento às farmácias, uma vez que a população

começou a frequentar as instalações com maior frequência no mês, resultando no aumento das vendas de outros produtos e no aumento da fidelidade dos clientes (LUIZA *et al.*, 2004).

De acordo com a descrição de Cosendey (2000) a adoção de relação de medicamentos essenciais, entendidos como aqueles produtos essenciais e indispensáveis para atender a maioria dos problemas de saúde da população, compreende o estabelecimento de mecanismos que permitam a sistemática atualização desta relação (COSENDEY, 2000).

Segundo Álvares (2017) anuncia que a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME é o documento oficial de referência nacional, onde compõe a lista de medicamentos essenciais, aqueles produtos considerados básicos e indispensáveis para atender a grande parte dos problemas de saúde que vem a atingir a população. A referência nacional serve de parâmetro para os estados e municípios selecionarem seus medicamentos (ÁLVARES, 2017).

Somado a isso, Fleury (2008) mostra que a reorientação da Assistência Farmacêutica integra as diretrizes da Política Nacional de Medicamentos, devendo ser considerada como prioridade da assistência à saúde. Nesse sentido, o medicamento é de fundamental importância, sendo difícil um outro fator isolado, possuir na área dos serviços de saúde maior impacto sobre a capacidade resolutiva dos mesmos. Portanto, pode-se dizer que o medicamento é um insumo essencial para a melhoria das condições de saúde do povo brasileiro (FLEURY, 2008).

No estudo de Arrais (2002) descreve que no ciclo da Assistência Farmacêutica, a parte de selecionar constitui o ponto de partida, sendo, portanto, uma atividade essencial. A seleção é um processo de escolha de medicamentos eficazes e seguros, sendo indispensáveis ao atendimento das necessidades de uma determinada população, tendo como base às doenças prevalentes, com a finalidade de garantir uma terapêutica medicamentosa de qualidade nos diversos níveis de atenção à saúde (ARRAIS 2002).

A dispensação é o ato profissional praticado pelos farmacêuticos, onde irá proporcionar um ou mais medicamentos a um determinado paciente, mediante a apresentação de uma receita elaborada por um profissional capacitado e autorizado para realizar a prescrição. Neste ato o farmacêutico deve informar e orientar o paciente sobre como deve fazer uso adequado dos medicamentos. São elementos de suma importância que fazem parte da orientação, como a ênfase no cumprimento da dosagem, a influência dos

alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação dos produtos (BRUNS, 2014).

O acesso aos medicamentos é parte fundamental de toda política farmacêutica e, sendo assim, um dos pilares fundamentais das políticas de saúde pública. Esse acesso enfrenta crescentes dificuldades e desafios, com as reduções dos níveis de cobertura e fragilidade financeira dos sistemas de saúde, ocorre limitações nas redes de distribuição de medicamentos e os problemas gerais de acesso aos serviços sanitários de grande parte da população (OLIVEIRA, 2010)

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente projeto teve por métodos revisão bibliográfica do tema por autores e publicações, com procedimentos descritivos e abordagem qualitativa e indutiva, baseada em estudos realizados a partir de artigos pesquisados nas plataformas dos Periódicos Capes e Google Acadêmico, relacionadas ao Programa da Farmácia Popular. E que foram publicados no período de 2000 a 2017.

Foram empregadas os seguintes descritores: Assistência Farmacêutica, Farmácia Popular, Medicamentos, Política de Saúde.

4662

A obtenção de tais informações permitiu o conhecimento sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil, seus principais objetivos a ampliação do acesso da população aos medicamentos básicos e essenciais, diminuição do impacto do preço dos remédios no orçamento familiar.

Para realizar a pesquisa proposta, serão necessários os seguintes recursos físicos e materiais:

- computador com acesso à Internet;
- impressora laser colorida;
- Espectrofotômetro;
- 10 cubetas de vidro;
- Reagentes (especificar);
- Banho-maria 56°C

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Juliana et al. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos: métodos. **Rev. Saúde Pública**, v. 51, n. suppl 2, p. -, 2017.
- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado. O uso irracional de medicamentos e a farmacovigilância no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 1478-1479, 2002
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico** / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005. 102 p.
- BRUNS, Suelma de Fátima; LUIZA, Vera Lucia; OLIVEIRA, Eglér Bia Andrade de. Gestão da assistência farmacêutica em municípios do estado da Paraíba (PB): olhando a aplicação de recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 745-765, 2014.
- COSENDEY, Marly Aparecida Elias *et al.* **Análise da implantação do Programa Farmácia Básica: um estudo multicêntrico em cinco estados do Brasil.** 2000. Tese de Doutorado
- DINIZ, B. P. C.; SERVO, L. M. S.; PIOLA, S. F.; EIRADO, M. Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico. In: Silveira, F. G. Servo, L. M. S.; Menezes, T. Piola, S. F. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.
- FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis Mafort. **Política de saúde: uma política social.** Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI, organizadores. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 23-64, 2008.
- FUIERI, Ludmilla Vescovi. **Dispensação Farmacêutica: um modelo aplicado na Farmácia Popular do Brasil.** 2009. 38 f. (Conclusão de Curso) - Faculdade de Ciências Biológicas, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2009.
- HELFER, A. P. **Capacidade de pagamento, preço e disponibilidade de medicamentos em municípios do Rio Grande do Sul.** 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2010.
- LUIZA, V.L.; BERMUDEZ, J.A.Z. **Acesso a Medicamentos: Conceitos e Polêmicas.** In: BERMUDEZ, J.A.Z.; OLIVEIRA, M.A.; ESHER, A. **Acesso a Medicamentos: Direito Fundamental, Papel del Estado.** 1th ed. Rio de Janeiro: ENSP, 2004. p. 45-64.
- OLIVEIRA, Luciane Cristina Feltrin de; ASSIS, Marluce Maria Araújo; BARBONI, André René. Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde: da Política Nacional de Medicamentos à atenção básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3561-3567, 2010.

PEPE VLE, CASTRO CGSO. A interação entre prescritores, dispensadores e pacientes: informação compartilhada como possível benefício terapêutico. **Caderno Saúde Pública** 2000; 16(3):815-822.